



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CURSO DE LETRAS-PORTUGUÊS, LICENCIATURA A DISTÂNCIA**

INCLUSÃO SOCIAL DO SURDO NA ESCOLA

KELEN SILVA LEAL MACIEL

**Caçapava do Sul
2022**

Kelen Silva Leal Maciel

Inclusão Social do Surdo na Escola

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras – Português, Licenciatura modalidade a Distância, da Universidade Federal do Pampa, como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Letras.

**Caçapava do Sul
2022**

Kelen Silva Leal Maciel

Inclusão Social do Surdo na Escola

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras – Português, Licenciatura modalidade a Distância, da Universidade Federal do Pampa, como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Letras.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 16 de dezembro de 2022.

Banca examinadora:

Profª Drª Claudia Camerini Correa Perez
Orientadora
(UNIPAMPA)

Profª Drª Leila Bom Camillo
(UNIPAMPA)

Profª Drª Luciana Abreu Jardim
(UNIPAMPA)



Assinado eletronicamente por **CLAUDIA CAMERINI CORREA PEREZ, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 28/12/2022, às 08:46, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **LEILA BOM CAMILLO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 28/12/2022, às 14:31, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **LUCIANA ABREU JARDIM, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 28/12/2022, às 21:12, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1019655** e o código CRC **2A3E581E**.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo (a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

M29i Maciel, Kelen Silva Leal

Inclusão Social do Surdo na Escola / Kelen Silva Leal Maciel.
52 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade Federal
do Pampa, LETRAS PORTUGUÊS, 2022.

"Orientação: Cláudia Camerini Corrêa Pérez".

1. Inclusão Social do Surdo na Escola. I. Título.

Dedico este trabalho totalmente a Deus e minha família, que nunca mediu esforços para que eu tivesse condições de seguir em frente. Mesmo em meio a tantas dificuldades e limitações sempre me mostrou que os sonhos são feitos para serem realizados.

AGRADECIMENTOS

Agradeço principalmente ao meu Deus, que se não fosse minha fé N'ele eu não estaria terminando esta faculdade. Foram muitos obstáculos, empecilhos, limitações e muitas opiniões de pessoas que não gostariam de ver o meu progresso.

Agradeço também minha família, que me deu forças para continuar, eles acreditaram no potencial que tinha coisa que nem eu Kelen acreditava. Meus pais, sempre acreditaram e o sonho deles era ver nem que seja um de seus filhos formados, e aqui estou me encaminhando para este sonho se tornar realidade.

Agradeço meus pastores Lelis e Eliane Maciel, se não fosse o apoio espiritual, orações, as palavras de ânimo que me ajudaram a chegar até aqui. Não podia esquecer-me de citar meu marido, Schayano. Ele foi uma das pessoas que mais acreditaram que eu iria conseguir.

Agradeço imensamente o apoio de minha colega Talita Silva, nos apoiamos desde o início da faculdade, foram vários trabalhos realizados juntas e várias conversas no Whatsapp em relação aos trabalhos e este principalmente.

Quando conheci a professora Claudia Pérez, pensei em primeira mão, é ela que será minha orientadora no trabalho final, e não deu outra. Ela aceitou e ficou feliz quando a convidei, sempre dando suporte e atendimento fora de hora, sempre dedicada ao que faz.

Obrigada por cada incentivo e palavras que confortam, neste momento tenso, sempre incentivando e buscando maneiras para que o trabalho pudesse ser finalizado de modo que agregasse no meu conhecimento.

Por fim, agradeço a todos que de uma forma ou de outra contribuíram para a minha formação na Universidade Federal do Pampa, e que fizeram parte de toda a minha trajetória.

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo sondar como acontece o método de ensino/aprendizagem a inclusão dos alunos surdos do Ensino Fundamental em sala de aula regular em escola pública do município de Caçapava do Sul-RS. A pesquisa contou com uma abordagem qualitativa e caracterizou como um estudo de caso descritivo, com utilização de observações e entrevistas semi-estruturadas para coleta de dados, a fim de conhecer um pouco mais de cada um dos alunos para conhecer se existem dificuldades na comunicação com seus colegas. Foi possível observar como acontece o método de ensino/aprendizagem a inclusão dos alunos surdos do Ensino Fundamental em sala de aula na escola pública do município. Através dessas observações e entrevistas foi possível verificar a necessidade de melhorias no trabalho pedagógico com esses alunos, através de um olhar mais próximo da sua realidade e das suas possibilidades de aprendizagem.

Palavras-chaves: Surdez, inclusão, trabalho pedagógico.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo investigar cómo el método de enseñanza/aprendizaje ocurre la inclusión de estudiantes sordos de escuela primaria en un aula regular en una escuela pública en el municipio de Caçapava do Sul - RS. La investigación tuvo un enfoque cualitativo y se caracterizó como un estudio de caso descriptivo, utilizando observaciones y entrevistas semiestructuradas para la recolección de datos, con el fin de conocer un poco más de cada estudiante para saber si hay dificultades en la comunicación con sus colegas. Fue posible observar cómo ocurre el método de enseñanza/aprendizaje, la inclusión de estudiantes sordos de primaria en el aula de la escuela pública del municipio. A través de estas observaciones y entrevistas fue posible verificar la necesidad de mejoras en el trabajo pedagógico con estos estudiantes, a través de una mirada más cercana a su realidad y sus posibilidades de aprendizaje.

Palabras clave: Sordera, inclusión, trabajo pedagógico.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 História.....	12
2.2 O surdo	14
2.2.1 Na sociedade	14
2.2.2 Na família	16
2.2.3 Na escola.....	17
2.2.4 Lei de Diretrizes e Bases da Educação	23
3. METODOLOGIA.....	24
4. RESULTADOS DA PESQUISA	27
4.1 Professoras da Classe Regular e da Classe Especial	27
4.2 Alunos Ouvintes e Surdos da Classe Regular	34
4.3 Alunos Surdos da Classe Especial e da Classe Regular	35
5.Mãe de aluno da Classe Especial Regular	37
5.1Histórias de Vida de Surdos Adultos	38
6.Considerações Finais	38
7.REFERÊNCIAS	39
8.TERMO DE CONSIENTIMENTO.....	43
8.APÊNDICES	44

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão é fruto de conhecer a temática em uma cadeira específica da faculdade. O que me motivou para continuação da realização deste tema foi por possuir na família pessoas com inclusão, e decidi estudar o caso.

Atualmente, atuo como micro empreendedor individual (MEI) na minha cidade Caçapava do Sul, onde trabalho com fotografia e segundo momento com encomendas de estampas de camisetas e na igreja, no qual tenho contato direto e indireto com o público surdo/ouvinte.

De acordo com o conhecimento vivenciado, do atendimento ao público e familiar que passam dificuldades na inclusão escolar com necessidades especiais, notou-se a possibilidade de desenvolver um trabalho de pesquisa e salientar a inclusão social.

Em meio a essa necessidade de termos uma sociedade mais justa, com educação para todos, centrada no respeito e valorização das diferenças, que possibilite formas de inserção e participação na sociedade ouvinte-majoritária, percebeu-se a importância de um estudo onde houvesse reflexão sobre inclusão dos surdos. Assim, a investigação terá como objetivo sondar a inserção plural e efetiva do surdo na vida em sociedade; o que leva a verificar como é a aceitação dos surdos na comunidade escolar; como as escolas estão propiciando a interação e a cooperação entre alunos ouvintes e surdos; como os surdos percebem o processo de inclusão na escola e na comunidade; como os professores preparam-se para uma prática pedagógica que insira o surdo na escola regular e como está sendo realizada essa prática.

A inclusão de surdos na classe regular é, teoricamente, o modelo de inclusão mais defendido pelos órgãos competentes e pela mídia em geral, talvez porque a escola especial para surdos pode soar como algo discriminatório. Porém, na realidade, de acordo com os estudos realizados, percebeu-se que se faz necessário que haja uma maior participação do próprio aluno na escolha do tipo de escola em que vai estudar, onde ele sinta-se valorizado, melhor compreendido e com efetivas condições de desenvolver-se.

Tendo como objetivo geral sondar como acontece o método de ensino/aprendizagem a inclusão dos alunos surdos do Ensino Fundamental em sala

de aula regular em escola pública do município de Caçapava do Sul-RS. Para entender o propósito deste trabalho delimitaram-se como objetivos específicos:

- Apresentar as políticas nacionais de inclusão escolar;
- Compreender a psicopedagogia no processo de ensino/aprendizagem do aluno surdo no ensino regular;
- Observar como acontece a interação do professor com o aluno surdo na sala de aula.

Nesse sentido, para a realização deste estudo foram realizadas investigações em duas escolas estaduais do município de Caçapava do Sul, sendo que a primeira atua somente com classe regular e a segunda com classe regular e especial. Também foram feitas entrevistas com familiares de alunos das referidas escolas que apresentam deficiência auditiva, bem como com familiares de surdos que já não estão mais na escola. Esta pesquisa caracteriza-se por um estudo qualitativo, tendo como metodologia o estudo de caso sobre a inserção plural e efetiva de surdo na sociedade.

O trabalho de conclusão de curso foi planejado da seguinte forma: o referencial teórico, onde é apontado o tema inclusão social do surdo na escola, assim como o processo de inclusão nas escolas, algumas leis que amparam o aluno ao acesso ao ensino regular. No seguimento, o referencial teórico a metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho, os resultados obtidos e as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 História

Para fundamentar teoricamente a presente pesquisa, partiu-se do embasamento das leituras de Amélia Borges (2004), Canarin (2001), Skliar (1997, 2002), Rinaldi (1997), Monteiro (2006), Strobel (2006), Roque Moraes (1999), Oliveira (1997), Ferreira (1998), Fávero (2007) todos esses autores relatam a história; movimentos; visão da inclusão nas escolas, e de alguns artigos como de Lira (2009), Inês Gov (2009), Albérico (2009) e Dorziat (2009) esses autores relatam sobre a pesquisa escolhida para realizar as entrevistas cujo o direito de educação, bem como da legislação vigente, como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e a Constituição Federal. Todos eles se mostram preocupados com a inserção do surdo na escola e na sociedade, destacando que a inclusão na escola regular precisa contribuir para o desenvolvimento de políticas educacionais que atendam, efetivamente, às necessidades educacionais desses indivíduos, em busca de sua equidade social.

Notamos a importância do surdo na sociedade, fazendo com que o médico alemão Samuel Heinicke (1750) do século XVIII desse início a um estudo para determinar a patologia crônica do surdo; estudo este que concluiu que existiam surdos, pois os mesmos possuíam uma lesão no canal auditivo e que, com intervenções médicas, poderiam corrigir e induzir o surdo ao uso da fala.

Já no século XX, as crenças em relação à surdez não mudaram muito, trazendo como princípio uma nação da África Central, que como cita Lane (1992, p. 27):

Numa das Nações da África Central, as mães afirmam que ao descobrirem que seus filhos eram surdos, o seu primeiro pensamento era verificar se os seus antepassados tinham sido enterrados devidamente. Em muitas sociedades, as mães acham que a causa da surdez dos seus filhos é devida a agressões dos espíritos.

Podemos ver que os surdos ainda hoje são vistos erroneamente e, por isso, reconhecidos como: problema, anormal, deficientes, coitados ou qualquer outra nomeação.

A história educacional que os surdos brasileiros vêm passando, acompanhada de suas consequências sociais, expõe a partir de sua origem, uma série de relações com a passagem trilhada pelos surdos americanos e europeus. Entre os séculos XVI

e XVIII, as crianças surdas eram, na Europa e nos Estados Unidos, frequentemente, abandonadas por suas famílias ou confinadas no contexto doméstico (MONTEIRO, 2006). Tal circunstância era decorrente da visão predominante naquele período de que crianças diferentes eram anormais, e, portanto, deveriam ser excluídas da vida social e do sistema regular de ensino.

Essa influência europeia continuou. E a partir do século XIX também sofreu influência nos estudos sobre audição e surdez. Strobel (2006) afirma que tais estudos preconizavam uma lógica a partir do qual os surdos brasileiros eram considerados doentes ou deficientes, enfim, eram vistos como indivíduos que careciam de tratamento especializado de cura. A especialização dos graus de surdez surgiu também para caracterizar o quanto esses sujeitos distanciavam-se da norma estabelecida socialmente.

Influenciados por tais pressupostos foram criadas instituições especiais para a escolarização de surdos com a atuação de professores especializados na área. Ressalta-se que, durante este período, grupos de surdos também frequentavam o ensino regular, contudo sem ter acesso ao atendimento diferenciado. Dessa forma, imperava a lógica de que dada a oportunidade de tais alunos frequentarem o ensino regular caberia aos mesmos adaptarem-se às características desse mesmo sistema educacional de ensino. A partir de 1990, propostas que objetivavam a inclusão dos surdos no ensino regular passaram a ser reformuladas dando uma nova perspectiva: tais instituições deveriam reconhecer, respeitar e considerar as especificidades dos surdos na elaboração de sua proposta pedagógica.

O início da inclusão no Brasil teve influência de dois eventos educacionais que discutiram o fracasso escolar. O primeiro evento, a Conferência Mundial de Educação para Todos, ocorreu na Tailândia em 1990. Durante esse encontro discutiu-se a necessidade do desenvolvimento de uma política-educacional de qualidade, a qual possibilitasse o rendimento efetivo a um maior número de crianças na escola. Além disso, destacou-se a importância de serviços que atendessem aos alunos, tanto aqueles considerados “normais” quanto aqueles com necessidades especiais.

O segundo evento, a Conferência de Salamanca, ocorreu em 1994 na Espanha.

Foi então que o conceito de escola inclusiva passou a ser discutido de forma mais sistemática. Seu principal objetivo, segundo Borges (2004), era o desenvolvimento de um trabalho pedagógico de qualidade, centrado no aluno, oferecendo oportunidade de aprendizagem a todos. De acordo com a Declaração de Salamanca, estabelecida durante a conferência, qualquer aluno que apresentasse dificuldades em sua escolarização seria considerado com necessidades educativas especiais, cabendo à escola adequar-se às especificidades de cada aluno.

2.2 O Surdo

2.2.1 Na sociedade

Embora, lentamente tenham ocorrido grandes mudanças com relação ao tratamento dispensado aos diferentes, em especial os deficientes, na sociedade. A concepção atual é de uma sociedade que valorize e respeite todas as diferenças existentes, tendo como destaque, sistemas educacionais voltados para as especificidades das crianças, para a melhoria das condições de aprendizagem e a participação de todos os alunos. Dessa forma, a inclusão escolar, contribui para que todos os alunos atuem na sociedade de maneira participativa, pois cada indivíduo, com personalidade própria e padrões específicos de desempenho, é dotado de potencial que, convenientemente orientado, pode permitir, quase sempre, a sua auto-realização.

Contudo, não é simples conseguir um contexto afetivo de integração. O desconhecimento e o conseqüente medo por parte das pessoas ditas normais são obstáculos às situações onde as pessoas com necessidades especiais possam conviver com os demais. E isso não é diferente com o surdo, que muitas vezes é discriminado por simples falta de informação, pois a surdez não interfere no seu potencial.

De acordo com o Rinaldi (1997), a deficiência auditiva pode ser congênita ou adquirida. As principais causas da deficiência congênita são a hereditariedade, viroses maternas (rubéola, sarampo), doenças tóxicas da gestante (sífilis, citomegalovírus, toxoplasmose), ingestão de medicamentos ototóxicos (que lesam o nervo auditivo) durante a gravidez. É adquirida, quando existe uma predisposição

genética (otosclerose), quando ocorre meningite, ingestão de remédios ototóxicos, exposição a sons impactantes (explosão) e viroses.

Denomina-se deficiência auditiva a diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, sendo considerado surdo o indivíduo cuja audição não é funcional na vida comum, e parcialmente surdo, aquele cuja audição, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva. Existem dois tipos principais de problemas auditivos: a primeira afeta o ouvido externo ou médio e provoca dificuldades auditivas “condutivas” ou de “transmissão”, normalmente tratáveis e curáveis. O segundo é a surdez neurossensorial, que envolve o ouvido interno ou o nervo auditivo, e é irreversível.

Verifica-se a existência de vários tipos de portadores de deficiência auditiva, de acordo com os diferentes graus da perda da audição. As pessoas consideradas parcialmente surdas são os portadores de surdez leve (perda auditiva de até quarenta decibéis), que são considerados desatentos, solicitando, frequentemente, a repetição daquilo que lhe falam. Isso não lhe impede a aquisição normal da linguagem, mas poderá ser a causa de algum problema articulatório ou dificuldade na leitura e escrita. Aos portadores de surdez moderada (perda auditiva entre quarenta e setenta decibéis), é necessária uma voz de certa intensidade para que seja percebida, possui atraso linguístico. Sua compreensão verbal está intimamente ligada à sua aptidão para a percepção visual.

Os considerados surdos são os portadores de surdez severa (perda auditiva entre setenta e noventa decibéis). Pode perceber ruídos familiares e voz forte, podendo chegar até quatro ou cinco anos sem aprender a falar. Se a família estiver bem orientada pela área educacional, a criança poderá chegar a adquirir a linguagem. A compreensão verbal vai depender, em grande parte, de aptidão para utilizar a percepção visual e para observar o contexto das situações. Nos portadores de surdez profunda (perda auditiva acima de noventa decibéis), a gravidade dessa perda é tal, que o priva das informações auditivas necessárias para perceber e identificar a voz humana, impedindo-o de adquirir naturalmente a linguagem oral.

Um bebê que nasce surdo balbucia como um de audição normal, mas suas emissões começam a desaparecer à medida que não tem acesso à estimulação auditiva externa, fator de máxima importância para a aquisição da linguagem oral.

Assim, também, não adquire a fala como instrumento de comunicação, uma vez que, não percebendo, não se interessa por ela, e não tendo “feedback” auditivo, não possui modelo para dirigir suas emissões.

Diante disso percebe-se que o surdo não é um doente e que é preciso uma nova perspectiva da diversidade no âmbito da educação e sociedade inclusiva, visto que a falta de audição não retira destes sujeitos às habilidades e potencialidades humanas.

Ricardo, um surdo citado por Canarim (2001, p. 24), diz:

A surdez, por si só, não determina nem o sucesso nem o fracasso da pessoa surda, pois são muitos os fatores que influenciam a trajetória do ser humano. Destaco o âmbito familiar e a educação precoce.

Mais importante que a situação financeira é a disponibilidade dos pais de conviverem com seus filhos.

2.2.2 Na família

Como se vê, é importante o papel da família frente à surdez, uma vez que é o primeiro núcleo que o ser humano pertence. Inicialmente, ao descobrir que um membro da família nasceu surdo, pode haver reações traumáticas, com possibilidade de conflitos e até mesmo desintegração familiar. Rinoldi (1997) diz que a família passa por diferentes fases como: o choque (confusão de sentimentos), a reação (frustração, impotência, culpa), a adaptação (procura de informações) e a orientação (procura de mais informações de modo mais construtivo). O papel da família, durante a escolarização, inicia-se a partir da constatação da surdez da criança por meio do atendimento em programas de “estimulação precoce” e deve prosseguir na pré-escola e durante toda a sua vida escolar com semelhança à oferecida a qualquer aluno ouvinte, acrescida da complementação curricular específica (atendimento educacional especializado).

Os serviços educacionais deveriam estar à disposição dos pais dos surdos, principalmente em algumas instituições especializadas governamentais, na rede regular de ensino, tanto para atendimento acadêmico da criança quanto para seu atendimento especializado.

No atendimento especializado na Educação Infantil, especificamente a

estimulação precoce para crianças surdas que estão na faixa etária de zero a três anos de idade deve haver participação da família desde o início, quando, por meio de uma entrevista, coloca os profissionais da educação a par de sua história de vida e da vida da criança surda.

Rinoldi(1997, p. 21) segue dizendo que cabe aos pais:

[...]. realizar a escolha filosófica e metodológica para o atendimento de seu filho; participar ativamente do processo de Educação Infantil da criança; levar a criança à escola, duas ou mais vezes por semana, para que possam ver a atuação do profissional com a criança e ser por ele orientados; confeccionar e utilizar material didático similar ao utilizado pelo o professor para dar continuidade, no lar, ao programa de estimulação; estudar temas relacionados à surdez; estudar a melhor forma de se comunicar com a criança para ajudá-la a desenvolver uma linguagem; acompanhar o desenvolvimento da criança em todos os aspectos; conhecer os tipos de atendimento que a criança recebe [...].

2.2.3 Na Escola

O acompanhamento da vida escolar do surdo deve ser frequente, durando nos demais níveis de ensino, com modalidades diferenciadas. Vale ressaltar que a educação de crianças com necessidades especiais é uma atividade a ser dividida entre pais e profissionais. Uma conduta positiva da parte dos pais favorece a adaptação escolar e social. Eles necessitam de suporte para que possam assumir seus papéis de pais de uma criança com necessidades especiais.

O papel das famílias deveria ser aprimorado através da provisão de informações necessárias em linguagem clara e simples; com enfoque na urgência de informação e treinamento em habilidades paternas, o que constitui uma tarefa importante em culturas onde a tradição de escolarização é pouca.

No artigo de Inês Gov (2009), a aceitação da criança pelos pais e familiares e a fé nas suas potencialidades fazem com que ela se sinta segura e adquira maior confiança em si mesma e se aceite melhor, procurando autonomia e emancipação, mesmo quando estiver na escola. Desde o nascimento, os pais devem estipular uma comunicação com o seu filho surdo, como o fazem com os demais filhos ouvintes, sem se aceitar impedir pela surdez. Os pais precisam conversar com ele a respeito do que está ocorrendo e do que vai acontecer, protegendo, apesar disso, para que a criança esteja em alerta do qual está conversando com ela. Em vista disso, a família

é um membro facilitador do procedimento de desenvolvimento da comunicação do surdo.

Os pais, auxiliados pelos professores, devem educar a criança, para que tenha um comportamento socialmente adequado, incluindo noções de higiene, da moral e de religião. Cabe aos pais proporcionar ao filho oportunidades de se desenvolver socialmente ao se relacionar com os familiares, professores e com outras, para que a criança aprenda a participar de todas as atividades, adquirindo responsabilidade e equilíbrio emocional.

Canarin (2001, p. 24) diz que vivemos em um mundo no qual estamos rodeados e, às vezes, até nos sentimos agredidos por sons e ruídos. Talvez por essa razão a sociedade não consiga entender que uma língua silenciosa tenha o poder de transformar o mundo de algumas pessoas. Entretanto, é muito comum pessoas surdas, que somente conheceram a língua de sinais tardiamente, relatarem esta sensação de mudanças significativas na forma de perceber o mundo, quando da descoberta da comunicação gestual.

A autora afirma ainda que a língua de sinais proporcione aos surdos a descoberta do mundo, as mãos vão ajudar os olhos a compreender a *realidade*, como se fosse um nascimento, é como se a vida começasse mais uma vez. Tão importante quanto a língua de sinais é conviver com adultos surdos, colocá-los em contato, o mais cedo possível, com adultos surdos. Eles têm necessidade dessa identificação. Descobrir a surdez, no meio dos outros surdos, se torna mais fácil do que perceber esta diferença sozinho, pois descobrir a condição de ser surdo é um momento complexo e difícil na vida de um sujeito, que pode inclusive, produzir revolta e agressividade ou tristeza e desesperança. Pode também provocar um sentimento de que se encontra sozinho no mundo, de que os surdos não crescem.

De acordo com Albérico (2009), professor de Sociologia da Saúde, numa abordagem sensível e humanizadora, procuram-se potencializar no surdo, oportunidades e habilidades pessoais. Assim o entendimento sai da esfera do preconceito e da discriminação da pessoa com deficiência, e se qualifica pela oportunidade e respeito de ser diferente, despertando para novas formas de interação com o mundo e com relação aos surdos, numa perspectiva linguística de comunicação, expressão, percepção e interação com o meio enquanto cidadão

consciente, participativo e interativo através da Língua Brasileira de Sinais. Aprende-se LIBRAS para conhecer melhor as pessoas, o mundo, buscando desenvolver amor e respeito pelas diferenças. Nessa perspectiva de agregar valores além da Língua Portuguesa, LIBRA se apresenta como oportunidade da formação bilíngue. É como um salto qualitativo na concretização por mudanças sociais.

De acordo com Borges (2004), a abordagem educacional oralista discrimina a cultura surda, pois tenta eliminar a característica principal do surdo: sua comunicação pela via gesto-visual.

O equívoco dos oralistas foi o de pensar que se a criança surda aprendesse a língua de sinais, perderia a capacidade de oralizar. Na verdade, segundo Skliar (apud CANARIN, 2001, p. 46) é o contrário. A introdução da segunda língua através da natural da criança lhe assegura o domínio de ambas.

Conforme Foucault (apud CANARIN, 2001, p. 141):

[...] Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa [...].

Pensar a surdez sem pensar no (multiculturalismo seria deixar de lado uma parte da história que está sendo escrita na vida de cada um, tanto surdos como ouvintes, pois o multiculturalismo tem como ponto de partida o pluralismo de experiências culturais que moldam as interações sociais por inteiro. Todavia a proposta multiculturalista é apenas uma das possibilidades que as políticas culturais no mundo contemporâneo poderão ter.

Salienta-se que um dos pontos-chave do multiculturalismo é a questão da diferença, e que esta, não é apenas um conceito filosófico. A diferença é uma realidade concreta, um processo humano e social, que homens empregam em suas práticas cotidianas e então inseridas no processo histórico tomando-se dessa forma impossível estudar a diferenças sem considerar as mudanças e as evoluções que fazem dessa ideia uma realização dinâmica.

Ao reconhecer o surdo como diferente, concebe-se esta diferença como condição social, percebendo o surdo inserido como sujeito do processo, situando-o

como ser atuante. O respeito pela diferença requer o abandono de estereótipos e representações sociais hegemônicas para (re)construir um projeto educacional condizente com esta concepção de surdez.

Pode-se afirmar que os surdos agem “retoricamente”, visto que também, como nós, ouvintes, fazem uso da modalidade oral de uma língua, fazem uso de uma língua gestual-visual que é capaz de comunicar. Através dessa comunicação ele constrói seus argumentos de modo que confronte um público que entende de um jeito, e, ele nesse “agir retórico” visa ultrapassar os obstáculos de que sua tese seja aceita.

Os surdos não querem ser chamados de “deficientes”, não por negarem sua impossibilidade de aprender auditivamente o mundo por meio de uma leitura visual do mesmo. O problema da aprendizagem não está no surdo, mas nas circunstâncias adversas de um meio em que suas características não são as usuais. É fundamental que se entenda que promover uma abordagem educacional “bilíngue” envolve considerar não somente a necessidade de duas línguas, mas dar espaço prioritário à língua natural dos surdos, bem como considerar a identificação e a cultura surda como eixo fundamental.

Segundo Skliar (apud CANARIN, 2001, p. 156):

A questão do bilingüismo envolve aspectos relativos à identidade do surdo como eixo fundamental, à criação de condições lingüísticas e educacionais apropriadas para o desenvolvimento bilíngue, à utilização educacional de temas culturais, à promoção do uso da primeira língua em todos os níveis escolares, à difusão da língua de sinais além das fronteiras da escola, à ênfase nos processos de cidadania, destacando as ações para a profissionalização, e os mecanismos de poder e saber de ouvintes e surdos [...]

Mais que um desafio social e político, mais que um desafio teórico e filosófico, o multiculturalismo, trata-se de um verdadeiro desafio de civilização lançado à sociedade.

A integração do surdo na sociedade, em um primeiro instante, parece ser uma atividade destinada à cultura oral. Mas os trabalhos realizados com surdos mostraram que a integração social da criança surda começa na aceitação, por parte dos ouvintes, da sua diferença. Isto não significa que o surdo não seja respeitado nesta sociedade porque não tem uma “boa fala”, mas ao contrário, que ele garantiu

junto aos ouvintes o direito de crescer com outros surdos numa relação de construção cultural materializada na língua de sinais.

A aceitação social do surdo, além de ser considerada nas nossas políticas de integração, também deve ocorrer na própria família. Antes mesmo de saber da surdez do filho, esta interage com ele fazendo-o sentir, perceber emoções e a cultura do meio.

De acordo com Lira (2009), o direito de ser incluído em todos os aspectos sociais é um dos direitos adquiridos para essas pessoas, não há força de lei que obrigue a família a optar pelo que não deseje, pois a inclusão é um direito. A Declaração de Salamanca, da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais (1994), ocorrida na cidade de Salamanca, na Espanha, promoveu uma Plataforma que afirma o princípio e a discussão da prática da garantia de inclusão de crianças especiais. Estas iniciativas, bem como a jornada de lugares de direito numa sociedade de aprendizagem, conjugam-se com a teoria sócio-interacionista, quando se reporta ao aprendizado através de uma interação de ações culturais em que o aluno constrói conhecimentos a partir de mediações educativas advindas principalmente da escola, da família e de sua visão particular com o mundo.

Lira ainda diz que, partindo do pressuposto da existência de duas culturas distintas, cultura ouvinte e cultura surda admite-se que o surdo, filho de ouvintes, em primeira instância receberá conceitos do mundo através da mediação dos ouvintes que, nem sempre, corresponderão ao nível de compreensão de língua e as necessidades deste sujeito.

A mediação do ouvinte para o surdo pode não desafiar a ação cognitiva do mesmo porque existem diferenças culturais linguísticas, entre outros, que são, na maioria das vezes, desconsiderados neste processo.

De acordo com Skliar (1997) a construção linguística de uma dada comunidade, às vezes serve de modelo para grupos minoritários que, apesar de viverem fisicamente integrados (como no caso dos surdos) pertencem a uma cultura distinta.

Os ouvintes são abordados pela crença de que ser ouvinte é melhor que ser surdo, pois na perspectiva ouvinte, ser surdo é o que resulta da perda de uma

habilidade “disponível” para a maioria dos seres, sem lavar em conta que não há limites entre a grandeza e a pequenez, e que nenhuma pessoa é justamente igual a outra. É por essa razão que se tratar necessariamente de uma perda, mas de uma diferença, que muitos surdos, especialmente os congênitos, não têm a sensação de perda auditiva. Romper um protótipo da deficiência é ver as limitações de ambos: surdos e ouvintes.

Pimenta (apud SALLES, 2001, p. 38) declara que a surdez deve ser:

[...] reconhecida como apenas mais um aspecto das infinitas possibilidades da diversidade humana, pois ser surdo não é melhor ou pior do que ser ouvinte é apenas diferente. Se considerarmos que os surdos não são “ouvintes com defeito”, mas pessoas diferentes estarão aptos a entender que a diferença física entre pessoas surdas e ouvintes é uma visão não- limitada, não determinista de uma pessoa ou de outra, mas uma visão diferente de mundo, “um jeito ouvinte de ser” é “um jeito *surdo de ser*” que nos permite falar em uma cultura da visão outra da audição...]

Sobretudo os surdos têm história de vida e concepções diferentes, têm na essência, uma língua na qual linguagem gestual, que elabora uma modalidade visual espacial, requer uma visão de mundo, não determinística, mas em muitos sentidos, diferente da que divide a comunidade ouvinte, com sua língua de modalidade oral, cuja substância é o som. Em concordância com essa visão Felipe T. A (apud SALLES, 2001, p. 40) afirma que os surdos possuem uma forma peculiar de aprender o mundo que gera valores, comportamento comum compartilhado e tradições sócio-interativas. Destaca-se também que é por intermédio da Cultura que uma comunidade se constitui, abrange e distingue as pessoas e lhes dá o visto de convivência, de identidade. Desta maneira, a existência de uma cultura surda ajuda a construir uma identidade das pessoas surdas. Por esse motivo, falar em cultura surda significa também evocar uma questão identitária. A preferência dos surdos em se relacionar com seus semelhantes fortalece sua identidade e lhes traz segurança. É no contato com pares que se identificam com outros surdos e encontram relatos de problemas e histórias semelhantes às suas.

2.2.4 Lei de Diretrizes e Bases da Educação

É na comunidade surda que se discute o direito à vida, à cultura, à educação, ao trabalho, ao bem-estar de todos. É nela que são gestados os movimentos surdos (caracterizados pela resistência surda ao ouvintismo; a ideologia ouvinte). É por meio dela que os surdos atuam politicamente para terem seus direitos linguísticos e de cidadania reconhecidos. Nesse sentido, a cultura surda é focalizada e entendida a partir da diferença e do seu reconhecimento político.

Com relação à inclusão de alunos com necessidades especiais, a Constituição Federal do Brasil de 1988, artigo 208, define que o atendimento aos deficientes deve ser dado, preferencialmente na rede regular de ensino. Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1996 também prevê que a educação seja o mais integrada possível, propondo a inclusão dos alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino.

Nesse contexto, a questão cultural do surdo na construção de sua cidadania envolve questões como diferenças humanas, o multiculturalismo, a construção de identidade e educação, o desenvolvimento de tecnologias, que resultam num panorama no qual fica evidente que, apesar de haver um lugar para a cultura surda e um lugar para a cultura ouvinte, não há fronteira entre ambas, tendo em vista o fato de serem complementares e convergirem para a formação de cidadãos.

Mantoan (2007) explica que a inclusão não implica no desenvolvimento de um ensino individualizado para os alunos que apresentam déficits intelectuais, problemas de aprendizagem e outros relacionados ao desempenho escolar. Na visão inclusiva da autora, não se separam os atendimentos escolares, isto é dentro ou fora das salas de aula e, sendo assim, nenhum aluno é direcionado a salas de reforço ou precisará estudar a partir de disciplinas apropriadas para suas necessidades, segundo a decisão do professor ou do especialista. Os alunos aprendem até o limite em que conseguem chegar, se o ensino for de qualidade, de desenvolvimento de cada aluno e explorar sua capacidade de aprender. Isso pode ocorrer por meio de atividades abertas, nas quais cada aluno se envolve na medida de seus interesses e necessidades, seja para construir uma ideia, resolver um problema ou realizar uma tarefa. Esse é um grande desafio a ser enfrentado pelas

escolas regulares tradicionais, cujo modelo é baseado na transmissão dos conhecimentos.

Para aprimorar a qualidade do ensino e conseguir trabalhar com as desigualdades presentes nas salas de aula, é preciso encarar os problemas da inclusão escolar, sem escapar dos motivos do insucesso e da exclusão. Para ensinar a turma toda, devem-se propor atividades abertas e diversificadas, isto é, que possam ser abordadas por diferentes níveis de inteligência, de conhecimento e de desempenho dos alunos, sem destacar os que sabem mais ou os que sabem menos. Com relação aos alunos surdos, em geral, a recomendação de inclusão de Dorziat (2009) tem levado em conta sua forma de comunicação: a língua de sinais. Entretanto, essa tem ficado restrita ao intérprete e ao surdo, desconsiderando a interação com o professor e com os demais colegas, a importância das relações humanas, dos processos de formação de identidade e do estabelecimento de conexão entre os conteúdos escolares e as formas particulares (visuais) de apreensão e de construção de conhecimentos.

Agir acerca de inclusão sem sondar as probabilidades de avanço dos indivíduos e de sua participação, como cidadãos não passa de retórica. Tratar sobre inclusão significa levar em conta os diferentes modos de vida, que vão desde as condições materiais até as formas de organização presentes em cada grupo. Assim, falar sobre um surdo abstrato, como se essa palavra pudesse dizer tudo desse ser humano, remete a uma hierarquização clínica, orgânica. Os surdos são pessoas que possuem diferentes formas de vida material e representam diferentes papéis sociais. Não se pode negar que, sem um aspecto imprescindível ao ser humano, a linguagem, torna-se difícil abordar aspectos gerais e particulares das relações humanas.

3METODOLOGIA

Tendo como referência o papel da sociedade e da escola frente às questões dos portadores de deficiência, em especial o surdo, o presente trabalho teve como objetivo geral sondar como acontece o método de ensino/aprendizagem a inclusão dos alunos surdos do Ensino Fundamental em sala de aula regular em escola pública do município de Caçapava do Sul-RS. Buscou conhecer neste trabalho a opinião de professores, familiares e dos próprios surdos. Para o desenvolvimento do estudo foi

utilizada a abordagem qualitativa de pesquisa que se preocupa com uma visão organizada e objetiva da realidade, através do estudo da complexidade sociopolítica, econômica, cultural e educacional. Segundo Silvio Oliveira, (apud OLIVEIRA 1999, p.117):

As abordagens qualitativas facilitam descrever a complexidade de problemas e hipótese, bem como analisar a interação entre as variáveis, compreender e classificar determinados processos sociais, oferecer contribuições no processo de mudanças, criação ou formação de opiniões de determinados grupos e interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos.

A pesquisa caracterizou-se como descritiva, tendo em vista que para Oliveira (1999) esse tipo de pesquisa procura analisar fatos ou fenômenos, fazendo uma descrição detalhada, ou seja, é uma análise em profundidade da realidade pesquisada. Foi utilizada entrevistas semiestruturadas, sendo estas realizadas com professores da classe regular e especial, alunos surdos e ouvintes e familiares. Utilizei a técnica de análise de conteúdo, conforme Oliveira (2007), complementada por Moraes (1999) para uma melhor compreensão das informações.

Como a pesquisa descritiva é abrangente, permite uma análise do problema pesquisado em relação aos aspectos sociais, econômicos, políticos, percepções de diferentes grupos, comunidades, entre outros aspectos. A pesquisa descritiva pode assumir diversas formas, entre elas o estudo de caso, que de acordo com Yin (apud Oliveira, 2005) facilita a compreensão de fenômenos sociais complexos e em geral se aplica mais às áreas das ciências humanas e sociais. Conforme Oliveira, os autores Huberman (1991); Yin (2005); Mucchieli (1996) colocam que o estudo de caso, além de ser uma estratégia metodológica descritiva e interpretativa, pode ser trabalhado com várias técnicas. Por todas essas razões optou-se pelo estudo de caso como método de investigação.

A busca por uma maior compreensão para essa análise realizou-se uma coleta de dados através de observações, entrevistas e histórias de vida. Na realização deste trabalho o estudo de caso foi adotada como método de pesquisa, uma vez que os objetivos desse estudo vão ao encontro da essência de um estudo de caso descritivo. As entrevistas foram realizadas em duas escolas estaduais de Caçapava do Sul. As histórias de vida, anteriormente mencionada, dois no total, são de surdos adultos e foi relatada pela mãe e familiares dos mesmos. O relato da mãe realizou-se no município de São Sepé, onde possui na família dois familiares com

inclusão. Um dos relatos dos familiares que foi realizado em Caçapava do Sul, onde também possuo na família pessoas próximas com contato com surdos.

Foram realizadas entrevistas com duas professoras da classe regular do Ensino Fundamental, uma da classe especial, duas mães de alunos da classe especial e duas mães da classe regular mesma terem alunos surdos em suas turmas.

A denominação das escolas se deu através de letras e números (E1 e E2) e das professoras, mães e alunos por letras, como por exemplo, (DAM, FGS, AGL, CSL, JGL). Também teve registro dos documentos da escola, como o Registro e o Projeto Político Pedagógico (PPP), onde foram analisados os aspectos da inclusão na escola.

A transposição de ideias foi realizada através de uma seleção cuidadosa das respostas obtidas, na qual foram adotados os procedimentos de pesquisa, bem como obedecidas todas as regras para a boa condução da mesma, chegando-se ao objetivo proposto de forma clara e sem prejuízos à veracidade dos fatos.

Para efetivar o estudo realizou-se uma visita às escolas, informando sobre o projeto da pesquisa, bem como o desejo de ali realizá-la. Solicitou-se permissão, enfatizando-se que em hipótese alguma seriam divulgados os nomes dos pesquisados. Logo em seguida, através das próprias escolas, para localização de endereços, houve um contato com as famílias para marcar a entrevista e também com e surdos egressos da instituição escolar.

Além de observações de aulas, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas nas escolas pesquisadas, com os professores e alunos, procurando realizá-las com o máximo de clareza e objetividade. Oliveira (1997) refere-se a esse tipo de entrevista como excelente instrumento de pesquisa por permitir a interação entre pesquisador e entrevistado e a obtenção de descrições detalhadas sobre o que está sendo pesquisado. Os dados foram registrados no diário de campo. As respostas foram organizadas seguindo o método de análise de conteúdo, analisando-se uma por uma, para assim obter uma melhor interpretação, respeitando-se a finalidade a que se propõe a referida pesquisa. A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda a classe de documentos e textos.

Moraes (1999, p. 24) destaca:

[...] essa metodologia de pesquisa faz parte de uma busca teórica e prática, com um significado especial no campo das investigações sociais. Constitui-se em bem mais do que uma simples técnica de análise de dados, representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias [...].

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Nesta análise, procurou-se reunir dados que levem a compreender as expectativas e dificuldades do surdo na escola e no contexto social de cada um.

4.1 Professoras da Classe Regular e da Classe Especial

Das professoras entrevistadas da classe regular do ensino fundamental apenas uma possui o magistério (Ensino Médio Normal), a outra possui pós-graduação em Psicopedagogia e Língua Hispano-Americana, Supervisão Escolar, Ecologia. A professora da classe especial possui formação em Educação Especial para Surdos, hoje Educação Especial.

As entrevistadas têm experiência profissional entre sete e trinta e quatro anos de serviço na rede pública de ensino, sendo que com alunos surdos incluídos está entre seis anos. A professora da classe especial trabalha há cinco anos e desde o início com surdos, primeiro na APAE e há três anos na escola.

A DAM, professora de Ciências e pós-graduada em Ecologia afirmou:

[...] falta uma preparação e se sabe que não existe uma cartilha, mas falta apoio e também não se consegue dar atenção, falta tempo para o preparo de material já que o princípio da inclusão é de que todos devem receber o mesmo material [...].

Borges, (2004, p.39) comenta que a escola inclusiva centra-se na necessidade de implementação de práticas pedagógicas que visem o acolhimento e a valorização das diferenças em busca do desenvolvimento de uma escola de qualidade para todos. A escola, nessa concepção, necessita adotar uma postura reflexiva, levando em conta a necessidade de transformação de suas concepções em relação a fatores como avaliação e metodologias de ensino, buscando uma maior capacitação de seus professores, por meio de grupos de estudos e do engajamento das famílias no processo de escolarização, entre outras medidas.

Entre várias medidas previstas na Declaração de Salamanca, por meio de seus princípios norteadores, ela enfatiza que a preparação apropriada de todos os

educadores constitui-se um fator chave na promoção do progresso, no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas. O menor desafio reside na provisão de treinamento em serviço de todos os professores, levando-se em consideração as variadas e frequentemente difíceis situações sob as quais trabalham. Esse treinamento, ou melhor, formação continuada, deveria, sempre que possível, ser desenvolvido em nível de escola, por meio de interação com treinadores e apoiados por técnicas de educação à distância e outras técnicas autodidáticas.

A professora FGS apenas formada no magistério (ensino Médio Normal) com duas alunas com surdez severa diz: “Não estou preparada, não sabia nada e aprendi com elas, e por causa delas. E assim me despertou o interesse em buscar mais e fiz um curso em Porto Alegre [...]”.

Diante do depoimento da professora percebe-se o despreparo, a falta de incentivos por parte do sistema e de mais cursos preparatórios para despertar o interesse dos educadores. Borges (2004) diz que a inclusão não pode ser vista apenas como simples inserção de alunos com necessidades educativas especiais na rede regular de ensino, porque isso é amparado pela lei. Os governos necessitam viabilizar recursos para que a inclusão seja desenvolvida, o que inclui um maior investimento na educação, em formação docente, ampliação do espaço escolar, contratação de professores especializados que venha auxiliar as escolas nos trabalhos com alunos incluídos.

Das duas professoras entrevistadas da rede regular de ensino, apenas DAM, com pós-graduação (especialização) em Psicopedagogia e em Supervisão Escolar, e com vinte e dois anos de serviço, sendo um com inclusão de aluno surdo, coloca que os alunos surdos ou com outras deficiências seriam mais bem trabalhados em classe especial - “Seria bem trabalhado se ele estivesse na turma especial. Na minha turma os alunos podem escolher os lugares que sentam, ele não pode porque precisa ficar na frente e isso é um tipo de exclusão”.

Para Borges é inconcebível a existência de dois sistemas separados de ensino, como regular e especial, que até então fazia parte de um subsistema do ensino regular, destinado a atender pessoas portadoras de algum tipo de deficiência e ficava, muitas vezes, segregada quanto às discussões teóricas e metodológicas sobre o processo educativo geral. Agora, havendo um único sistema de educação, é

preciso que se organize para oferecer um atendimento de qualidade.

De acordo com Fávero (2007, p 37), a Lei nº 7.853/89, o Decreto nº3298/99 e outras normas infraconstitucionais e infralegais refletem certa distorção em relação ao que se extrai da Constituição Federal e da Convenção da Guatemala. Os termos constantes nessas normas, ao garantir às pessoas com deficiência o direito de acesso ao ensino regular “sempre que possível”, “desde que capazes de se adaptar”, refletem uma época histórica em que a integração esteve bastante forte, principalmente no Brasil. Na ótica da integração é a pessoa deficiente que tem de se adaptar à sociedade, e não necessariamente a sociedade é que deve criar condições para evitar a exclusão. A integração é, portanto, a contraposição do atual movimento mundial de inclusão. Neste, existe um esforço bilateral, mas principalmente a sociedade que deve impedir que a exclusão ocorra.

Em uma interpretação progressiva, adequada aos princípios e objetivos constitucionais atuais de “promoção do bem de todos, sem qualquer discriminação”, entende-se que essas normas, quando falam em “sempre que possível”, “desde que capazes de se adaptar”, estão se referindo às pessoas com severos comprometimentos de saúde. Mesmo que não consigam aprender todos os conteúdos escolares, há que se garantir aos alunos com severas limitações o direito à convivência na escola, entendida como espaço privilegiado da formação global das novas gerações. Uma pessoa, em tais condições, precisa inquestionavelmente dessa convivência.

No caso de existência um aluno com deficiência auditivo ou surdo matriculado em uma escola de ensino regular, ainda que particular Fávero explica que essa deve promover as adequações necessárias e contar com serviços de um intérprete, de professor de português com segunda língua para esses alunos, além de outros profissionais da área da saúde. Se for uma escola pública, é preciso solicitar material e pessoal às Secretarias de Educação municipais e estaduais, asquais terão de providenciá-los com urgência, ainda que através de convênios ou parcerias. Esses custos devem ser computados no orçamento geral da instituição de ensino, pois se ela está obrigada a oferecer a estrutura adequada a todos os seus alunos, a referida estrutura deve contemplar todas as deficiências. As instituições de ensino superior devem atender à Portaria do MEC nº. 3284, de sete de novembro de 2003,

que traz esclarecimentos sobre as mesmas obrigações, condicionando o próprio credenciamento dos cursos oferecidos ao cumprimento de seus requisitos.

Ainda para a surdez e a deficiência auditiva, a escola deve providenciar um instrutor de LIBRAS (de preferência surdo) para os alunos que ainda não aprenderam essa língua e cujos pais tenham optado pelo seu uso. Obedecendo aos princípios inclusivos, a aprendizagem de LIBRAS deve acontecer preferencialmente na sala de aula desse aluno e ser oferecida a todos os demais colegas e ao professor, para que possa haver comunicação entre todos.

A professora da Classe Especial para surdos, DAM, diz não encontrar nenhuma dificuldade em trabalhar com esse tipo de deficiência, que as dificuldades são mais em nível de sistema, como quando o aluno sai da classe especial e vai para a regular, surgindo as dificuldades de comunicação e emocional, embora observe que já melhorou bastante, inclusive nos bancos (Caixa Federal já tem intérprete).

Quanto ao preconceito na escola com classe especial, a DAM afirma não haver de nenhum tipo, porque os colegas já perderam a curiosidade se usam ou não aparelho, eles estão totalmente incluídos.

Na classe regular da E1 as professoras, em geral disseram haver muito pouco preconceito, e as dificuldades enfrentadas serem mais pelo *barulho que os atrapalha* e também porque em função da deficiência, alguns podem tirar vantagem da situação. A professora FGS da E2 diz no seu depoimento:

É pela comunicação que muitos não entendem o que está acontecendo e ocorre preconceito com alunos de outras turmas, onde debocham e chamam-na de “muda”. A colega que ouviu um pouco ouviu chamá-la assim e agora quase não se adapta à escola.

Borges considera que as práticas de inclusão de alunos surdos na escola regular podem se transformar em experiências de exclusão dentro da própria escola, uma vez que, sendo o modelo educacional construído para alunos ouvintes, as crianças surdas ficarão sempre segregadas e impossibilitadas de desenvolver suas identidades surdas, que se construirão por meio do modelo identitário dos ouvintes. O autor cita os resultados de diferentes pesquisas que demonstram a ineficácia dos processos de inclusão para alunos surdos:

Uma significativa quantidade de surdos que já viveram em regiões onde não existem escolas especiais, em suas narrações se percebe com frequência a utilização de expressões como isolamento, dor, angustia, falta/crises de identidade, deficiência, solidão, incompreensão [...] (BORGES, apud SKLIAR, 2004, p. 68).

Como resultado de outra pesquisa ela coloca: “Os professores ouvintes com crianças surdas em suas aulas tendem a uma abreviação, ou a uma simplificação, ou a uma redução em altíssima porcentagem de todos os conteúdos escolares [...]” (BORGES, apud SKLIAR, 2004, p. 68).

Os surdos são pessoas que possuem diferentes formas de vida material e representam diferentes papéis sociais. Não se pode negar que, sem um aspecto imprescindível ao ser humano, a linguagem torna-se difícil abordar aspectos gerais e particulares das relações humanas. Para que haja a inclusão social das pessoas surdas, com o objetivo de participação social efetivas, sem inevitável submissão a que as minorias são expostas, as escolas precisam organizar-se levando em conta a interação através da língua de sinais, a valorização de conteúdos escolares e a relação conteúdo-cultura surda.

A professora da classe especial, DAM, ressalta que a falta de comunicação é o grande problema para o surdo na escola e na sociedade. Quanto ao preconceito, ela diz que depende deles, porque já conquistaram o espaço: uma comunidade (de surdos) bem organizada que até conseguiu colocar em uma Constituição a LIBRAS. Através dos depoimentos com as professoras da classe regular, observa-se que o preconceito na sociedade, está mais relacionado à falta de comunicação para conseguir emprego e ser atendido no comércio. A professora DAM diz que antigamente o surdo era tido como “débil” e hoje consideram que não tem potencial nenhum para aprender. Também os pais sofrem em ver as dificuldades do filho para enfrentar a sociedade.

Quanto a inserir LIBRAS como segundo idioma, apenas uma das quatro professoras da classe regular considera que seria melhor só em turma especial e no caso de haver alguma turma com surdo total, devendo ser aplicada para a turma toda. As demais professoras acreditam que seria importante, mas que falta preparo e recursos materiais e humanos e que as escolas de Caçapava do Sul estão longe de estarem preparadas para receber alunos surdos.

A professora DAM diz: “Nem a escola nem os professores estão preparados, é preciso ter um dom para isso [...]”. Lucinda Ferreira (1998) fala que as línguas de sinais são línguas naturais porque, como as línguas orais, surgiram espontaneamente da interação entre pessoas e porque, devido a sua estrutura, permitem a expressão de qualquer conceito, descritivo, emotivo, racional, literal, metafórico, concreto e abstrato, enfim, permitem a expressão de qualquer significado decorrente da necessidade comunicativa e expressiva do ser humano. As línguas de sinais são complexas porque dotadas de todos os mecanismos necessários aos objetivos mencionados, porém econômicas e lógicas porque servem para atingir todos esses objetivos de forma apropriada sem ter que pensar e elaborar longamente sobre como atingir seus objetivos linguísticos.

No entanto, é bom enfatizar que, como todas as línguas, ela é natural, isto é, ela é por definição natural. Assim não é adequado dizer que a LIBRAS é a língua natural dos surdos. Não é natural devido à sua própria natureza, o que opõe aos sistemas artificiais como o Gestuno (sistema de sinais semelhante a um “pidgin” utilizado por surdos de vários países em sua interação nos eventos e encontros internacionais), os diferentes códigos de comunicação (de trânsito, das abelhas, do golfinho, etc) e as diferentes línguas orais sinalizadas. Dessa forma, considera-se que a Libras é ou deve ser a língua materna dos surdos, não porque é a língua natural dos surdos, mas sim porque, tendo os surdos bloqueios para a aquisição espontânea de qualquer língua natural oral, só eles vão ter acesso a uma língua materna que não seja veiculada através do canal oral-auditivo.

As professoras entrevistadas da classe regular ficaram divididas ao se referirem pela preferência da classe especial ou regular para aluno surdo. Duas são bem firmes em dizerem que a regular é a melhor opção para interagirem com os alunos ouvintes. Uma entrevistada já pensa que a classe especial oferece mais recursos e é trabalhada com professores especializados que podem dar um atendimento mais individualizado.

Outra entrevistada concorda que a classe especial é bem melhor para prepará-los, mas acha discriminatória por natureza, porque vê mais preconceito com os alunos da classe especial, embora o atendimento seja bem melhor, porque é especializado e com um número reduzido de alunos. Fávero (2007) explica que o

Atendimento Especializado, chamado pela Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional, de Educação Especial, apresenta duas facetas.

A primeira, e mais conhecida, é a que levou a organização de escolas separadas, chamadas de especiais, voltadas apenas para pessoa com deficiência, nas quais normalmente se pode cursar a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, ou seja, substituem totalmente o acesso a uma escola comum. Para os defensores desse tipo de ensino segregado, o aluno ali matriculado está tendo acesso à educação, pois eles desconsideram os requisitos de preparo para cidadania. A segunda faceta da Educação Especial é a que vem sendo bastante propagada pelos movimentos que defendem a inclusão escolar, ou seja, a frequência a um mesmo ambiente por alunos com e sem deficiência. Segundo a lei 9.394/96 no seu artigo 4º, inciso III, a LDB diz que o dever do Estado, com a educação escolar pública, será efetivado mediante a garantia de "atendimento educacional especializado gratuito aos **educandos com necessidades especiais**, preferencialmente na rede regular de ensino". É o atendimento especializado como apoio e complemento, destinado a oferecer aquilo que há de específico na formação de um aluno com deficiência, sem impedi-lo de frequentar, quando na idade própria, ambientes comuns de ensino, em estabelecimentos oficiais comuns.

Para os que entendem o Atendimento Educacional Especializado, ou Educação Especial dessa forma, como apoio, também não há negação de acesso a direitos. Nessa vertente, a negação de direitos ocorre apenas quando tal atendimento acaba substituindo totalmente os serviços oficiais comuns. Em tal hipótese, fica caracterizada a negação ou restrição (discriminação), pois é direito de toda criança, mesmo que apresente características muito diferentes da maioria, conviver com sua geração, sendo que o espaço privilegiado para que isso ocorra é a escola. Crenças tradicionais no sentido de que o ambiente de ensino, quanto mais especializado, melhor; no sentido da obtenção de sucesso com base na concorrência entre alunos por notas, entre outros fatores, vem revelando-se insuficientes e até prejudiciais aos alunos em geral. As escolas tradicionais alegam um antigo despreparo para receber alunos com deficiência, e o Sistema nada ou muito pouco faz com o objetivo de prepará-las.

4.2 Alunos Ouvintes e Surdos da Classe Regular

Percebe-se que os alunos ouvintes da Classe Regular das escolas pesquisadas são muito solidários com os colegas surdos e não possuem nenhum tipo de preconceito, ao contrário eles demonstram o sentido de proteção.

A estudante CSL da 6ª série diz que é bom estudar com colega surdo porque aprendeu a conviver. Até mesmo porque ele não possui surdez total. Dos quatro estudantes ouvintes um disse que a maior facilidade é de ensinar matemática e as dificuldades são por causa da comunicação. A estudante ECCR de oito anos diz que a principal dificuldade é com a produção textual.

Os estudantes surdos da Classe Regular começaram a ser trabalhados desde o início da descoberta da surdez. A surdez mais severa é da estudante de 12 anos do 2º ano. Dois dos alunos entrevistados responderam que a aceitação por parte dos colegas é boa e uma diz que é ótima. Os três responderam que nem sempre conseguem entender a professora, ou por causa do barulho ou não entendem o sinal usado. Apenas a estudante CSL usa sinais criados por ela e LIBRAS, os outros dois usam a linguagem oral.

Todos concordaram que a LIBRAS facilitaria a comunicação entre as pessoas. Apenas uma estudante, ESCR, diz haver discriminação na *escola*, mas a professora diz que é muito raro. Dois deles dizem que querem fazer faculdade e trabalhar, demonstrando expectativas para o futuro. *Esses possuem surdez leve a moderada.*

4.3 Alunos Surdos da Classe Especial

Os questionários com os dois alunos surdos da classe especial (CSL, JGL) foram respondidos com a ajuda das mães, pela dificuldade de comunicação e pela pouca idade dos mesmos. Os dois alunos, um com sete anos e o outro com cinco anos estão na classe especial para aprender a se comunicar e ter um melhor preparo para ingressar na classe regular. Através dos questionários percebe-se que eles não têm nenhum constrangimento em relação a estudar em classe especial.

Eles dizem ser boa a comunicação com professores e funcionários, porque o uso do aparelho ajuda. Esses dois alunos não acham importante aprender LIBRAS

porque precisam desenvolver a fala (orientação médica). O aluno de sete anos não tem perda auditiva, ele nasceu com o ouvido tapado e com uma cirurgia tem possibilidade de resolver, o que pode ser realizada a partir dos sete anos.

Canarin (2001) ressalta que o objetivo principal da Fonoaudiologia é o desenvolvimento da comunicação e da linguagem oral e escrita. Entretanto, ainda muitas vezes se confunde a linguagem com a função de fala. Esta confusão tem sido trágica em educação e reabilitação das crianças surdas.

Durante os últimos cem anos o método oral vem sendo a abordagem dominante, e às vezes única, para educadores e terapeutas. No entanto, inúmeras investigações realizadas a respeito da educação proporcionaram um grande debate sobre a língua natural dos surdos. Esta situação trouxe um progresso considerável ao assunto, tanto que na maioria dos países já existe algum experimento com a Língua de Sinais, como metodologia essencial na educação dos surdos.

A linguagem é o principal meio de comunicação entre os seres humanos e o fator desencadeante na formação da sociedade pelo fato de propiciar intercâmbio de pensamento. Privar o surdo de sua língua natural é privá-lo do desenvolvimento da linguagem e, conseqüentemente, de suas relações sociais, de sua comunidade.

Os dois alunos entrevistados concordam que seria mais importante se todos soubessem LIBRAS no caso de terem algum colega que se comunique apenas com sinais, pois facilitaria a comunicação. E quanto à perspectiva de irem para a classe regular consideram-na boa, pois gostam de estudar e se sentem bem na escola. O estudante JGL já foi uma vez para a classe regular e precisou retornar para a especial porque não conseguiu acompanhar os colegas.

De acordo com Fávero (2007, p. 5) nada impede que, em período distinto daquele em estiverem forem matriculados no ensino comum, os alunos continuem a frequentar a instituição para serviços clínicos ou de atendimento educacional especializado. Considerando o grave fato de que a maioria das escolas da rede regular diz estar “despreparada” para receber alunos com deficiência, e que grande parte desses alunos nunca frequentou a escola de ensino regular, a instituição especializada deve oferecer apoio, conhecimentos e esclarecimentos aos professores das escolas em que essas crianças e adolescentes estão estudando.

É importante que esses apoios não se constituam no que se costuma entender e praticar como reforço escolar. A escolaridade dos alunos com deficiência compete às escolas comuns da rede regular que, para não continuarem criando situações de exclusão, dentro e fora das salas de aula, devem responder às necessidades de todos os educandos com práticas que respeitem as diferenças.

A autora ainda explica que para crianças de zero a seis anos deve ser oferecido o Atendimento Especializado, que pode envolver formas específicas de comunicação, apenas quando esse atendimento não ocorrer nas escolas comuns de Educação Infantil.

Para as crianças e jovens de 7 a 14 anos esse atendimento deve ser complementar em horário distinto daquele em que frequentam a escola comum.

As instituições especializadas devem incentivar as matrículas de alunos adultos e adolescentes maiores de 14 anos que não estiverem aptos a frequentar o ensino médio em instituições regulares de educação profissional de forma a possibilitar sua inclusão social e escolar. Os que já tiverem idade para o trabalho é importante facilitar sua inserção efetiva no mercado de trabalho, através de capacitação e de apoio jurídico em casos que necessitem de interdição judicial, incentivando sempre que possível a interdição parcial, para que a pessoa possa continuar exercendo atos de cidadania.

5. Mãe de aluno da Classe Especial e da Classe Regular

A mãe AGL descobriu a surdez do filho com dois anos de idade, porque demorou a falar e foi levado a fazer exames. Foi através de uma queda no ônibus que causou a surdez, na época a família não tinha condições financeiras para realizar cirurgias, até mesmo exames qualificados.

A mãe AGL diz que sentiu preconceito, mas acredita que o filho tenha sentido mais, e citou alguns exemplos do cotidiano como:

Um dia em um mercado a caixa olha e diz: - Pobrezinho! Um estudante de magistério olha e pergunta: - Coitadinho, é nos dois ouvidos? Um coleguinha de quando estava na segunda série falou: - Ele não pode estudar os meios de comunicações porque não ouve.

No seu depoimento, essa mãe fala que a sociedade discrimina: “[...] porque as

peças são difíceis. A sociedade pensa que a história de deficientes é que nem bicho [...]”. Quanto à aceitação na escola, também a mãe relata que o filho sofreu preconceitos na terceira série, onde a professora não aceitou, dizendo que ela não tinha condições de aprender e, conseqüentemente, repetiu o ano. Mas no outro ano, com uma nova professora, já no primeiro trimestre tinha nota dez. Hoje está na sexta série e as professoras dizem que não tem dificuldade na aprendizagem.

Tanto as mães da classe regular quanto as da classe especial colocam que a obrigatoriedade de LIBRAS como segunda Língua seria importante para facilitar a comunicação, apesar de não usarem com seus filhos por recomendação médica, para desenvolverem a fala.

Observa-se, através dos depoimentos das mães, que um dos pontos em comum é que logo que descobriram a surdez dos filhos ficaram em estado de choque, desorientadas, e procuraram vários médicos para exames, mas até agora não existe uma orientação efetiva. Canarin (2001) refere-se a essa situação de desamparo, sem informações adequadas, em que predomina a opinião majoritária da sociedade, reproduz a ideologia contra as diferenças, que reforça o preconceito e impulsiona os pais para rejeitar consciente ou inconscientemente o filho surdo, convencidos, na sua grande maioria, que o surdo necessita ser curado, tornando assim, a vida dos filhos uma eterna busca pela oralização. Em geral, estes pais não aceitam a Língua de Sinais e nem a comunidade surda, aliás, na grande maioria das vezes, não tomam conhecimento de sua existência, escondendo um desejo secreto que é de tornar seus filhos ouvintes.

A autora também explica que na adolescência do surdo a situação já é diferente porque os pais já sabem mais sobre a surdez, em alguns casos, possuem tantas informações quanto alguns técnicos, apesar de seu conhecimento não ser valorizado, sendo colocado em posição de inferioridade pelos mesmos. Além disso, com a adolescência o surdo sente a necessidade de se relacionar com outros surdos. Nesta época os pais ouvintes aceitam que seus filhos se comuniquem através de LIBRAS, embora eles próprios não utilizem e continuem querendo muito que os filhos falem, considerando os aparelhos auditivos indispensáveis, mesmo sabendo que eles não tornarão seus filhos ouvintes.

5.1 Histórias de Vida de Surdos Adultos

As histórias de vida foram relatadas pelos pais dos surdos, em razão da dificuldade de comunicação.

A primeira história de vida é de uma pessoa de vinte e nove anos que a mãe com oito meses de gestação levou um susto vindo a perder peso. Quando ela nasceu, na cidade de Santa Maria, pesava 1,750kg, ficando no hospital até atingir 2kg. Já morando em Caçapava do Sul, com um ano e meio o tio que levava leite em sua casa notou que ao falar com ela não era atendido. Então, começaram a levá-la em Cachoeira do Sul para fazer testes e depois em Porto Alegre, para audiometria, quando foi constatado que era profundo o grau de surdez.

Com seis meses de idade caiu do carrinho e bateu com a testa, o que pode ter causado a surdez, embora não esteja confirmada esta suspeita. Com mais ou menos quatro anos colocou aparelho (modelo rádio), tendo o período de adaptação. Quando os médicos receitaram o aparelho orientaram que a colocassem no maternal para conviver com crianças “normais”, mas na primeira escola procurada a professora não a aceitou, pela sua deficiência. Foi, então, matriculada em outra escola, ficando na turma de uma professora que na época era estagiária na pré-escola e que hoje é fonoaudióloga.

Foi alfabetizada na APAE. Enquanto estava nesta escola, as mães de deficientes auditivos, junto com uma psicóloga, foram visitar as escolas de ensino regular para solicitar que os aceitassem como alunos. Como ela foi alfabetizada na APAE conseguiu entrar na primeira série em outra escola, ficando nela até concluir o ensino fundamental II. Estudou até o segundo ano do ensino médio, sem concluí-lo.

Sem terminar o ensino médio, pois não se adaptava em razão de não entender os professores e os mesmos não tinham preparo e nem interesse em receber alunos portadores de deficiência auditiva.

Canarin (2001) explica que é preciso possibilitar à família compreender melhor a surdez, pois muitas vezes os pais não aceitam a surdez do filho sentindo-se culpados e frustrados e isso pode prejudicar o desenvolvimento do filho. A superproteção também prejudica, fazendo com que o filho não seja encorajado a realizar algo sozinho; pois sempre alguém se antecipa e realiza por ele. A escola precisa do apoio da família para que seus objetivos sejam alcançados com os alunos.

Em outro relato, este da mãe de um adulto com surdez severa no ouvido direito e moderada no ouvido esquerdo, de 37 anos, foi colocado que a família não tem condições de comprar um aparelho. Na sua gravidez ocorreu tudo bem e nasceu de parto normal, ele nasceu ouvinte. Mas com um ano e meio ao entrar no ônibus circular ele caiu na catraca que havia, a mãe não deu importância por ser uma queda normal, mas logo depois veio a consequência da queda. Na época a família não tinha condições financeiras para tratá-lo, apenas procuraram ajuda com fonoaudiólogos e médicos.

Hoje ele é casado, possui dois filhos, e sua esposa conversa com ele normalmente com sinais caseiros, e explica para os filhos quando não conseguem chamar a atenção do pai. Ele trabalha em um supermercado na cidade de São Sepé, a empresa trata muito bem, há anos que trabalha neste local.

Na terceira história de vida a mãe relatou que a gravidez de seu primeiro filho ocorreu normalmente, mas na hora do parto, por atraso do atendimento médico, houve falta de oxigênio, atingindo o nervo auditivo, que secou.

Quanto ao preconceito na sociedade, é vivenciado sempre porque quando entrou na pré-escola, que foi sua primeira escola regular, a diretora chamou a mãe e disse que por ele ser diferente não podia “ampará-lo” (apenas com quatro dias de aula) e daí a mãe pediu a transferência com o motivo especificado, para chegar em outra escola e não ser excluída novamente. Nesta escola que o excluíram ele era tranquilo porque já vinha preparado da Classe especial, enquanto que os outros colegas não tinham limites, mas eram protegidos por serem filhos de chefes e encarregados das Minas do Camaquã. A mãe cita um exemplo: “Se a pessoa sai do Brasil para outro país vai ter que começar do zero até se adaptar e o rendimento não é o mesmo porque a cultura é diferente.”

Quando começou o magistério, há três anos, já lhe surgiu trabalho e hoje trabalha em uma escola do município na sala de *recursos, orientando com LIBRAS* uma menina surda e os seus professores.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível ver neste trabalho que as duas professoras da Classe Regular não estão preparadas para trabalhar com a inclusão, em especial com o aluno surdo, que requer um preparo maior como, por exemplo, aprender a Língua de Sinais.

Na grande maioria, o surdo usa uma linguagem própria em que só familiares entendem e, para estar adequadamente inserida no contexto social a Língua de Sinais seria o melhor caminho. Também se vê a necessidade de que essa reflexão amplie, abrindo caminhos para o intercâmbio de ideias, contribuindo para sensibilizar a sociedade em relação às necessidades educacionais do surdo, o que se supõe respeitar sua situação bilíngue, contribuindo assim para a promoção da pessoa humana.

Através dos relatos das famílias percebe-se o quanto à orientação e o envolvimento familiar são imprescindíveis no desenvolvimento do surdo, pois se observou que as mães mais informadas foram em busca de recursos para dar melhores condições de aprendizagem e autonomia aos seus filhos surdos, enquanto aquelas menos informadas apenas se conformaram com a situação, sem nenhum tipo de orientação e interesse de profissionais da área médica e educacional.

Os surdos não apresentam nenhuma alteração cognitiva. Entretanto, podem tornar-se inseguros e deprimidos pelo preconceito que enfrentam das pessoas a sua volta e da sociedade em geral. A aceitação da surdez pela família é determinante para o seu desenvolvimento cognitivo, linguístico e social, proporcionando maior tranquilidade e guiando-os nas atitudes estimulativas. Percebeu-se, durante a pesquisa realizada, que muitas famílias, por não aceitarem a surdez de seus filhos, preferem que os mesmos permaneçam na escola regular, mesmo que estes não consigam desenvolver-se por falta de um atendimento mais individual e especializado.

Espera-se que esse trabalho de pesquisa tenha contribuído junto àqueles que sonham e acreditam um dia poder alcançar uma educação na qual tenham garantido seu espaço, suas diferenças, singularidade, ação e inserção no processo de inclusão social do surdo.

7.REFERÊNCIAS

ALBÉRICO, Luis. **Cultura surda e diversidade.** Disponível em: <<http://WWW.editora.arara.azul.com.br/revista.virtual>> Acesso em 19 de abril de 2022.

BORGES, Amélia Rota. **Com a palavra os surdos:** o que eles têm a dizer sobre a escola. Pelotas: Universitária UFPL, 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9394/96, 20 de dezembro de 1996. Brasília, Ministério da Educação. 1996.

Constituição de 1988. **Constituição Federativa do Brasil. Brasília:** Distrito Federal, Senado, 1988.

BUARQUE, Cristovão Ricardo Cavalcanti. Ministério da Educação, **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica/ Secretária de Educação Especial- MEC;** SEEPEP, 2001

CANARIN, Marlene Danesi (org). **O admirável mundo dos surdos.** Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

DORZIAT, Ana. **Educação de surdos no ensino regular:** inclusão ou segregação. Disponível em: <<http://WWW.pedagogobrasil.com.br/formasp.ASP>> Acesso em 05 de maio de 2022..

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **Aspectos legais e orientação pedagógica/ IN:** Eugênia Augusta Gonzaga Fávero, Lisa de Marillac P. Pantoja, Maria Teresa Eglér Mantoan. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

FERREIRA, Lucinda. **Programa de capacitação de recursos humanos do ensino fundamental língua brasileira de sinais. V III.** Brasília. SEESP, 1998.

GOV, Inês. **O início a escola.** Disponível em: <<http://WWW.br/Inês.livros/9/9-002HTM>> Acesso em 03 de julho de 2022.

JONTIEM. **Declaração mundial sobre educação para todos,** Aprovado pela Conferência, Tailândia, 1990. Disponível em: <[HTTP// WWW.web.ua.pt/files/fl-9pdf](HTTP://WWW.web.ua.pt/files/fl-9pdf)>Acesso em 20 de abril de 2022.

LIRA, Guilherme de Azambuja. **Inclusão social do surdo.** Disponível em: <<http://WWW.senad.br/bts/293/boltec293d.htm>> Acesso em 16 de maio de 2022.

MONTEIRO, M.S. **História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da LIBRAS no Brasil** - Educação Temática Digital. Vol. 7, n. 2, p.279-289/2006. Brasil, 2006.

MONTOAN, Maria Teresa Eglér. **O desafio da inclusão. IN: Aspectos legais e orientação pedagógica/ Eugênia Augusta Gonzaga Fávero, Luísa de Marillac P. Pamntoja.** São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

MORAES, Roque. **Educação.** Revista Quadrimestral Faculdade de Educação - PUCRS Curso de Pós-graduação. Ano XXII n. 37, p. 1-196. Portp Alegre, 1999.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

RINOLDI, Guiseppe. **Educação especial deficiência auditiva. V.1.** Brasília: SEES, p. 1997.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima. **Ensino de língua portuguesa para surdos: Caminhos para a prática Pedagógica.** [ET.al] Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos. V.1. MEC, SEESP: Brasília, 2004.

SKLIAR, Carlos (org). **Educação e Exclusão: Abordagens Sócio-antropológicas em educação especial.** Porto Alegre: Mediação, 1997.

STROBEL, R.L. **A visão histórica da in (ex)clusão dos surdos nas escolias.** Educação Temática Digital. V. 7, n.2, p. 244-252, 2006.

UNESCO. **Declaração de Saïamanca e enquadramento da ação na área da Necessidades Educativas Especial, Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas: acesso e qualidade.** Disponível em: <[http //www.redeinclusão. web. Ua. PT/file-9pdf](http://www.redeinclusão.web.Ua.PT/file-9pdf)>. Acesso em 20 de abril de 2022.

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO

PROJETO DE PESQUISA: DIFERENTE É SER IGUAL: EDUCAÇÃO INCLUSIVA
PERSPECTIVAS E DESAFIOS NA ESCOLA REGULAR

UNIPAMPA – JAGUARÃO

Eu, _____, _____ anos, portador/a
do RG _____, residente na
rua/número/cidade _____,
abaixo-assinado, dou meu consentimento livre e esclarecido para a realização da
pesquisa citada, sob a responsabilidade do acadêmico(a)
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx da Universidade Federal do Pampa.

Assinando este Termo de Consentimento estou ciente de que:

1. O objetivo da pesquisa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.
2. Estou ciente de que os resultados desta pesquisa serão divulgados (em forma de textos, imagens e exposições orais) através de publicações em periódicos especializados, apresentação em eventos de Educação em geral e espaços que discutam xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e nada disto, nem mesmo minha participação neste estudo, resultam em pagamento para minha pessoa;
3. Obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre a minha participação na referida pesquisa;
4. Estou livre para interromper a qualquer momento minha participação na pesquisa, em todos os momentos da pesquisa.
5. Minhas informações pessoais serão mantidas em sigilo e os resultados gerais obtidos serão utilizados apenas para alcançar os objetivos do trabalho, expostos acima;
6. Poderei entrar em contato com o(a) pesquisador(a) acadêmico(a) responsável pela pesquisa, Sr xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx contato (xx) xxx-xxxxxx, sempre que julgar necessário;
7. Este Termo de Consentimento é feito em duas vias, sendo que uma permanecerá em meu poder e outra com o pesquisador responsável.

_____, _____ de _____ de 20__ Assinatura do
Voluntário: _____xxxxxxxxxxxxxxxx
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx (pesquisador responsável)

APÊNDICE A - ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA PROFESSORES DA CLASSEREGULAR COM INCLUSÃO DE SURDOS

1. Qual a sua opinião em relação à inclusão dos alunos surdos no ensino regular?
2. Você se sente preparada para atuar nessa nova realidade social? Por quê?
3. Considerando o processo de inclusão do aluno surdo em sua sala de aula, você tem dificuldade para desenvolver suas atividades? Quais?
4. Como você percebe o relacionamento entre os alunos surdos x ouvintes na sala?
5. Como você vem trabalhando a linguagem oral, escrita e a de sinais na sala de aula?
6. Como você se comunica com seus alunos surdos?
7. Quais as dificuldades do aluno surdo na escola? Ele sofre algum tipo de preconceito? Quais?
8. Quais as dificuldades do estudante surdo na sociedade hoje?
9. Quais os tipos de preconceito você acha que ele sofre?
10. Como você trabalha nesse sentido?
11. A maioria das escolas básicas do Brasil oferece um segundo idioma. Não seria o caso de LIBRAS ser uma das opções? Existe uma proposta na escola para que isso aconteça?
12. Só para surdos ou para ouvintes também?
13. A escola está preparada para receber o aluno surdo no Brasil? E em especial em Caçapava do Sul?
14. Qual a classe mais proveitosa para o aluno surdo? A classe regular ou especial? Por quê?
15. Qual a sua opinião em relação à inclusão dos alunos surdos no ensino regular?
16. Você se sente preparada para atuar nessa nova realidade social? Por quê?

- 17.** Considerando o processo de inclusão do aluno surdo em sua sala de aula, você tem dificuldade para desenvolver suas atividades? Quais?
- 18.** Como você percebe o relacionamento entre os alunos surdos x ouvintes na sala?
- 19.** Como você vem trabalhando a linguagem oral, escrita e a de sinais na sala de aula?
- 20.** Como você se comunica com seus alunos surdos?
- 21.** Quais as dificuldades do aluno surdo na escola? Ele sofre algum tipo de preconceito? Quais?
- 22.** Quais as dificuldades do estudante surdo na sociedade hoje?
- 23.** Quais os tipos de preconceito você acha que ele sofre?
- 24.** Como você trabalha nesse sentido?
- 25.** A maioria das escolas básicas do Brasil oferece um segundo idioma. Não seria o caso de LIBRAS ser uma das opções? Existe uma proposta na escola para que isso aconteça?
- 26.** Só para surdos ou para ouvintes também?
- 27.** A escola está preparada para receber o aluno surdo no Brasil? E em especial em Caçapava do Sul?
- 28.** Qual a classe mais proveitosa para o aluno surdo? A classe regular ou especial? Por quê?

**APÊNDICE B- INSTRUMENTO DE PESQUISA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA
PARA PROFESSORES DO ENSINO REGULAR**

Nome do entrevistador: Kelen Silva Leal Maciel

Entrevistado:

Como é dar aula para um aluno surdo?

Bom Ruim

Justifique:.....

1) Existe algumas facilidades?

Sim não

Quais?

2) Existe dificuldades?

Sim Não

Quais?

3) Como é fazer um trabalho em grupo com ele?

Bom Ruim

Justifique:.....

4) Você tenta conversar com ele ou fica mais de longe?

Sim Não

Justifique:.....

5) Que tipo de sinal você usa para se comunicar com ele? LIBRAS Criado por vocês

Justifique:

6) Acha que seria mais fácil se todos aprendessem LIBRAS?

Sim Não

Justifique:.....

7) Como você acha que seria se houvesse um interprete na sala de aula?

Bom Ruim

Justifique:.....

8) Você acha importante que seu aluno estude na classe regular?

Sim

Não

10) Você acha que a educação para surdos está melhorando ou não? Por quê?

**APÊNDICE C - INSTRUMENTO DE PESQUISA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA
PARA A FAMÍLIA DE ESTUDANTES SURDOS**

Idade:

Número de Filhos:

Número de filhos surdos:

- 1) Quando descobriu a surdez do filho?
- 2) Como foi essa descoberta?
- 3) De quem foram as primeiras orientações?
- 4) A partir de que idade começou a procurar os primeiros recursos?
- 5) Qual foi a orientação inicial?
- 6) Sofreram algum tipo de preconceito por ter um filho surdo? Por quê?
- 7) Acha que a sociedade ainda discrimina o surdo? Por quê?
- 8) Como acha que ele é aceito na escola?
- 9) Acha que ele está progredindo e vai ter condições de ter uma profissão? Qual a que ele manifesta interesse?
- 10) Se o ensino de LIBRAS fosse obrigatório no ensino regular para todos acha que facilitaria? Por quê?
- 11) Que tipo de sinais usam?

APENDICE D

Denomina-se deficiência auditiva

2 Problemas auditivos

- dificuldade de transmissão → Ouvido externo
- dificuldade de neurosensorial → " interno

Vários de deficiências

Parcialmente surdos → leve (40)

moderada (70) voz alta & ataxia linguística

Surdos: severa (90) até 4 ou 5 anos sem fala profunda. não percebe os sons.

congenita ou adquirida

hereditária
~~congenita~~
sífilis

↳ não-dispositiva
genética
algum resíduo
barulho
meningite

FAMÍLIA → 1.º Nucleo Q tem contato
com estimulação precoce.
Há de ouvir.

Biculturalismo → diferença ^{condição social} insire como
sujeito atuante na sociedade.

Bilinguismo → dar espaço a língua materna
considerar a cultura supe como
língua fundamental integrando a sociedade

APÊNDICE E

CANARIM

DIZ Q. OS PROFESSORES DEVEM
REALMENTE APRENDER LIBRAS
E É FUNDAMENTAL O PROF. SURD
PRESENTE DE AULAS

FOI POSSÍVEL ANALISAR NESTE
TRABALHO Q. OS PROF. DE
CLASSE REGULAR N. ESTÃO PREPARA
CABE A EDUCAÇÃO ZELAR
PELA SINGULARIDADE DE CADA
UM PROMOVENDO O MC. SOCIE.

Lei 2001

10.172

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CURSO DE LETRAS-PORTUGUÊS, LICENCIATURA A DISTÂNCIA
ATA DEFESA DE TCC

Aos 16 dias do mês de dezembro de 2022, realizou-se na sala Google Meet: meet.google.com/sxj-bmiv-ved a defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “INCLUSÃO SOCIAL DO SURDO NA ESCOLA”, de autoria da discente Kelen Silva Leal Maciel, polo Caçapava do Sul, matriculada sob o número 1902150077 no Curso de Letras – Português modalidade a distância – oferta Institucional/Campus Jaguarão, orientado pelo prof^a. Dr^a. Cláudia Camerini Corrêa Pérez. Ajudaram a compor a banca a profa. Dr^a Leila Bom Camillo e a profa. Dra. Luciana Abreu Jardim. A nota atribuída ao referido trabalho foi de 8,5 pontos, conforme média aritmética das avaliações individuais e dos pareceres enviados pelos membros da banca. Sem mais a tratar lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pelos demais membros da banca eletronicamente.